

ANÁLISES DO SISTEMA-MUNDO E O IMPÉRIO ROMANO¹

Greg Woolf

RESUMO: Tem sido demonstrado que as análises a partir da teoria de sistemas-mundo são uma ferramenta poderosa para conceber e analisar o mundo moderno. Neste artigo o autor argumenta que ela tem um potencial similar para a compreensão das estruturas e dinâmicas de macroescala do Império Romano e seus vizinhos e para facilitar comparações entre Roma e outros impérios antigos. Aqui, são sugeridas algumas hipóteses.

PALAVRAS-CHAVE: História Romana, Análise de Sistemas-Mundo, Economia Antiga, Centro-periferia, Arqueologia Romana.

ABSTRACT: World-systems analysis has been shown to be a powerful tool for conceptualising and analysing the modern world. In this paper, the author argues that it has a similar potential for understanding the macro-scale structures and dynamics of the Roman empire and its neighbours, and for facilitating comparisons between Rome and other early empires. A number of preliminary hypotheses have been suggested.

KEYWORDS: Roman History, World Systems Analysis, Ancient economy, Centre-Periphery Relations, and Roman Archaeology

Arqueólogos são necessariamente historiadores da *longue durée*. Romanistas, em particular, se preocupam com padrões e fenômenos que são imensamente estendidos no tempo e no espaço. Mas a própria escala de sua empreitada coloca dificuldades especiais: não é fácil encontrar modos apropriados de descrever, quanto mais de analisar, tais assuntos.

Não é de surpreender, portanto, que a obra-prima de Immanuel Wallerstein, *The Modern World System* (1975, 1980),² já tenha se mostrado fonte de inspiração para muitos arqueólogos (por exemplo, Frankenstein e Rowlands, 1978; Ekholm e Friedman, 1982; Rowlands et al., 1987; Bloemers,

¹ Esse artigo foi originalmente publicado com o título "World systems analysis and the Roman empire", em *Journal of Roman Archaeology* 3, 1990, p. 44-58, e é aqui reproduzido graças à gentil permissão concedida por seu editor, John Humphrey, e pelo autor. O artigo foi traduzido para o português por Carlos Augusto Ribeiro Machado.

² Todas as referências neste artigo remetem a obras de Wallerstein, a não ser que indicado diferentemente. O desenvolvimento de suas ideias pode ser seguido nos dois primeiros volumes de suas análises da ascensão do capitalismo (1975, 1980) e em sua coletânea de artigos (1979a). *Review* (1977-), o periódico do Centro Fernand Braudel, é dedicado à análise social com uma abordagem baseada em sistemas-mundo. *Political economy of the world system, Annuals* (1978-), publica as atas de colóquios dedicados a temas semelhantes, e coletâneas de artigos dedicados a análises de sistema-mundo sobre assuntos específicos aparecem na série *Explorations in the world economy* (1983-) (Beverly Hills). Duas coletâneas de estudos arqueológicos sobre este tema foram publicadas recentemente (Rowlands et al., 1987; Champion, 1989).

1988; Champion, 1989), especialmente para aqueles trabalhando com as antigas civilizações do Novo Mundo (Schortman e Urban, 1987; por exemplo, Pailles e Whitecotton, 1979; Blanton e Feinman, 1984; Dincauze e Hasenstaub, 1989). Mas a análise de Wallerstein sobre a extensão do capitalismo tem sido mais frequentemente aplicada a períodos pré-capitalistas de um modo que é diretamente contrário à sua própria concepção de História Mundial. Este artigo busca revisar as proposições de Wallerstein a respeito do mundo antes do capitalismo e examiná-las à luz da experiência do Império Romano. Meus resultados sugerem algumas conclusões gerais sobre os sistemas-mundo pré-capitalistas, e os modos segundo os quais as teses de Wallerstein podem ser proveitosamente aplicadas e desenvolvidas por arqueólogos e historiadores da Antiguidade.

Sistemas-mundo na história mundial

The Modern World-System é uma análise neomarxista das dinâmicas do capitalismo e das estruturas produzidas por aquelas dinâmicas do século XV aos nossos dias. Como Marx, Wallerstein não estava diretamente preocupado com períodos anteriores (Schneider, 1977; McGuire, 1989, p. 42-43). Mas sua obra inevitavelmente inclui um relato deles, em parte por causa da necessidade de situar o capitalismo na história mundial, e para explorar suas raízes nela. Mas a Antiguidade serve outra função no trabalho. Wallerstein, mais uma vez como Marx, usa o mundo antigo como modo de indicar o que foi especificamente moderno e particular do capitalismo. Sistemas-mundo pré-capitalistas iluminam, por contraste, a natureza e originalidade do capitalismo.

Arqueólogos irão procurar por análises detalhadas do mundo antigo na obra de Wallerstein em vão. Mas felizmente (e novamente como Marx) Wallerstein é notavelmente atualizado em seus relatos sobre o mundo antigo. Como ficará claro, suas descrições formam a base para análises frutíferas dos períodos pré-capitalistas.

Qual é a tese de Wallerstein? Basicamente, é a seguinte. Até recentemente na história mundial, a maioria das atividades sociais humanas foi levada adiante em minissistemas, agrupamentos dispersos de pequenos números de pessoas. Tais comunidades eram instáveis e tiveram uma existência relativamente breve. Mas nos últimos milênios a história mundial foi dominada

pela ascensão e queda de fenômenos muito mais extensos – os sistemas-mundo. Um sistema-mundo pode ser definido como “uma unidade com uma única divisão do trabalho e sistemas culturais diversos”: crucialmente, eles unificam populações muito grandes, espalhadas por longas distâncias, e são comparativamente estáveis.

Wallerstein distingue dois tipos de sistema-mundo, os politicamente unificados (impérios-mundo) e aqueles que dependem exclusivamente de laços econômicos (economias-mundo). A maioria das economias-mundo foi rapidamente convertida em impérios-mundo por meio da expansão de um dos grupos dominantes naquela região. O capitalismo é especial porque ele representa a primeira economia-mundo estável, um sistema-mundo unido por uma única lógica econômica, mas governado por multiplicidades de Estados-nação. Mas o sistema capitalista também está em decadência, e logo será substituído por uma ordem socialista mundial.

A maioria dos escritos de Wallerstein examina as origens e o funcionamento deste último sistema-mundo. Wallerstein descreve como um núcleo original de países dominou uma periferia de nações das quais eles extraíram matérias-primas em condições muito favoráveis para eles mesmos. Mas o sistema não era estático: a competição no centro significou que novas periferias foram sendo abertas constantemente, enquanto novos centros subordinados foram estabelecidos nas primeiras áreas que foram exploradas, agora semiperiferias. Semiperiferias são áreas que tanto exploram quanto são exploradas. Elas frequentemente eram mercados para os bens produzidos no centro com matérias-primas extraídas das periferias.

A estrutura criada por estes processos (e que permite sua continuidade) é muito visível atualmente. Regiões centrais são crescentemente separadas das semiperiferias e periferias no Terceiro Mundo. A desigualdade é aumentada, ao invés de diminuída, por meio dos contatos exploradores (em grande medida comerciais) entre centro e periferia.

A tese de Wallerstein é muito persuasiva, apesar de exposta a críticas de vários lados (Ragin e Chirot, 1984). Alguns historiadores reclamam do caráter vago com que a cronologia e a mutável geografia dos sistemas-mundo modernos são delineadas, ou do tratamento de fenômenos específicos como o feudalismo (Dodgshom, 1977; Stinchcombe, 1982). Marxistas reclamam que Wallerstein

não presta atenção o suficiente a classes, ou que seu sistema-mundo é caracterizado por um único modo de produção, em lugar de uma formação social em que vários modos de produção seriam articulados e dominados pelo modo capitalista (Nash, 1981; cf. Semenov, 1980; Wickham, 1984). Mais séria para os não marxistas é a crítica de que a análise de Wallerstein é excessivamente materialista, permitindo que economias determinem todos os outros elementos de uma sociedade ou da história (Ortner, 1984, p. 141-46). Cultura, etnicidade e presumivelmente demografia e relações de gênero são todas vistas como geradas por condições econômicas, e o papel dos Estados e dos indivíduos é marginalizado. O aspecto desta crítica, que talvez seja mais relevante para arqueólogos, é a ideia de que Wallerstein reagiu contra a teoria da modernização apenas invertendo-a (Skocpol, 1978). Apesar de as consequências de longo termo da relação serem vistas diferentemente (desigualdade crescente, em vez de um incremento geral nas condições de vida), o motor da história permanece restrito ao centro enquanto as populações periféricas são reativas, passivas ou desprovidas de sua própria história (Ortner, 1984).

Apesar deste debate intenso – um tributo à importância da obra de Wallerstein – a teoria dos sistemas-mundo continua a inspirar uma grande variedade de estudos (Thompson, 1983; Ragin e Chiot, 1984). Muitas das críticas iniciais foram respondidas, seja pelo trabalho subsequente de Wallerstein e seus colaboradores ou por seus críticos (por exemplo, Wolf, 1982).

A análise baseada em sistemas-mundo tem atrações especiais para os arqueólogos sociais. Em primeiro lugar, ela lida com padrões em larga escala geográfica assim como temporal. Em segundo lugar, ela reage contra análises em termos de sociedades “fechadas”, ou estados-nação individuais (1987, p. 163; cf. Mann, 1986). Em terceiro lugar, ela oferece uma abordagem teoricamente sofisticada para a geração de estruturas inter-regionais a partir de dinâmicas claramente definidas (Schortman e Urban, 1987). Para o estudioso do império e do imperialismo romanos a clareza de tal visão é muito atraente.

Alguns problemas permanecem. O mais importante é o quanto o modelo deve ser adaptado para ser usado em contextos pré-capitalistas (Rowlands, 1987; Champion, 1989). Apenas algumas das muitas tentativas de aplicar análises baseadas em sistemas-mundo ao mundo pré-capitalista

enfrentam estes desafios (por exemplo, Frankenstein e Rowlands, 1978; Ekholm e Friedman, 1982; Kohl, 1987a e 1987b; Dincauze e Hasenstab, 1989). O indicador mais claro disso é que a maioria toma como ponto de partida as economias-mundo, que desempenharam um papel pequeno na visão que Wallerstein tem do mundo antigo. Em contraste, a presente análise começa com a outra categoria do sistema-mundo: o império-mundo.

Impérios-mundo

As referências esparsas de Wallerstein aos impérios antigos mostram sua dependência de análises anteriores (Weber, 1922; Polanyi et al., 1957; Finley, 1973; Eisenstadt, 1968 e 1979). A originalidade de sua abordagem reside em sua concepção dos impérios como sistemas-mundo. Mas esta concepção só foi apresentada em referências dispersas (1974a, p. 390-91; 1975, p. 15-16; 1976, p. 346-49; 1979b, p. 390; 1987, p. 317-18). Um primeiro passo necessário é extrapolar com base nestas discussões um tipo ideal. Uso o termo no sentido weberiano de uma construção heurística. Exemplos históricos correspondem apenas imperfeitamente ao tipo, mas os pontos em que um dado caso diverge do ideal devem sugerir modificações ao tipo assim como as características históricas específicas daquele caso. O segundo estágio desta discussão é, portanto, uma análise do Império Romano como sistema-mundo.

O império-mundo pode ser considerado em termos de sua estrutura e dinâmica. O componente estrutural mais óbvio é a oposição entre centro e periferia.

[Impérios-mundo] foram um elemento constante do cenário mundial por 5 mil anos. Diversos impérios deste tipo existiram continuamente em diversas partes do mundo em qualquer momento histórico. A centralização política de um império foi ao mesmo tempo sua força e sua fraqueza. Sua força reside no fato de que ela garantiu fluxos econômicos das periferias para o centro por meio da força (tributo e taxa) e de vantagens comerciais monopolísticas. (1975, p. 15).

A existência de uma semiperiferia é mais questionável. Wallerstein não discute o assunto explicitamente, mas sua discussão acerca da importância das semiperiferias para o sistema-mundo moderno é sugestiva (1974, p. 404-405). O argumento diz respeito à divisão do trabalho e aos meios pelos quais os

grupos dominantes mantêm sua dominância. Ambos os tipos de sistema-mundo só sobrevivem por causa da presença de grupos intermediários entre aqueles que exploram mais e os mais explorados. Enquanto no império-mundo este grupo intermediário relativamente privilegiado inclui comerciantes e elementos urbanos sem direitos, mas a quem seus senhores deixam parte do excedente, no sistema-mundo moderno a área intermediária é fornecida pelos Estados semiperiféricos. Em outras palavras, nos impérios-mundo as principais divisões de trabalho são internas à sociedade; sob o capitalismo existe uma divisão internacional do trabalho.

[Um império mundo] expande os limites sociotécnicos de controle político efetivo do processo redistributivo. (1979b, p. 390)

Tudo o mais sendo igual, portanto, um império-mundo seria presumivelmente circular, organizado concentricamente, com o seu raio sendo determinado pelo equilíbrio entre seus custos de manutenção e suas receitas (Elvin, 1973, p. 18-20). Mas as coisas raramente são iguais. Limitações geográficas ou canais privilegiados de comunicação distorcem a forma do império. Wallerstein, seguindo Braudel, sugere um raio típico equivalente a trinta dias de viagem para ambas as categorias de sistema-mundo (1975, p. 16-17; Braudel, 1972, p. 365-74). Igualmente, a proximidade de outros impérios-mundo limitaria a expansão (1979, p. 390). Impérios adjacentes podem competir pelo controle de grupos que eram periféricos para os dois (Kohl, p. 1987a). Podemos esperar que a fronteira ótima entre dois impérios igualmente poderosos seja situada a meio caminho entre suas capitais. Existe um conflito potencial entre este princípio e o princípio da centralidade. Tais considerações, junto com a probabilidade de que impérios vizinhos iriam se expandir e contrair, e o relativamente baixo nível da estrutura política, podem explicar a frequência com que capitais de impérios-mundo foram deslocadas.

Dentro destes limites o império-mundo não era um todo socialmente homogêneo, mesmo quando não havia delimitação de zonas entre semiperiferias e periferias:

Dentro da divisão econômica do trabalho, múltiplas “culturas” floresciam – grupos paralelos de produtores agrícolas, grupos comerciantes de alcance “mundial”, grupos administrativos

endógamos translocais. Mas o ponto-chave deste modo de produção foi a unidade política da economia. (1976, p. 347)

Ernest Gellner desenvolveu uma análise muito similar das diferenças entre as estruturas políticas das sociedades pré-capitalistas e capitalistas (Gellner, 1984, p. 8-18). Sociedades “agrárias letradas” eram compostas em sua maioria de cultivadores vivendo próximos à subsistência, mas também continham uma pequena elite de administradores, sacerdotes e seus associados. Gellner sugere que sua estrutura política típica era um número de comunidades agrícolas culturalmente segregadas, controladas por segmentos culturalmente homogêneos dos grupos dominantes. Em contraste, a era moderna é caracterizada por Estados-nação culturalmente unificados. Minha sugestão é que a formação de impérios pode ter ocasionado a unificação cultural dos estratos dominantes de Estados anteriormente independentes, enquanto as populações dominadas permaneceram tão fragmentadas quanto antes. A ausência de culturas nacionais certamente deve ter ajudado neste processo.

O império-mundo é, portanto, celular. Foi formado a partir de um número de minissistemas, até então independentes, tornados tributários de um centro (Alcock, 1989, p. 89-94). Dentro de cada célula existem elementos dos grupos dominantes translocais e seus subordinados urbanos e comerciais, mas não há uma semiperiferia. O quadro pode ser comparado ao sugerido por Colin Renfrew para a formação de entidades políticas extensas e complexas a partir da combinação de outras, numerosas e mais simples (Renfrew, 1975).

As dinâmicas dos impérios-mundo são descritas de forma menos clara. A discussão mais útil é esta:

“Impérios-mundo” são vastas estruturas políticas (no ápice de um processo de expansão e contração que parece ser seu destino) e encompassam uma grande variedade de padrões culturais. A lógica básica do sistema é a extração de tributos de produtores diretos (majoritariamente rurais), que em situações diferentes seriam autoadministrados localmente, tributos que são passados para o centro e redistribuídos para uma fina, porém importante, rede de oficiais. (1987, p. 317)

A lógica do império-mundo (correspondente ao capitalismo no moderno sistema-mundo) é o modo de produção tributário (cf. Wickham, 1984). O

império-mundo se expande, tomando mais e mais minissistemas, e, por fim, se contrai ou se desintegra (1979, p. 390). A China, por exemplo, é caracterizada como uma sucessão de impérios-mundo que se expandem e se contraem no mesmo espaço geográfico. Qualquer explicação aceitável destas oscilações deve evitar a tentação de reescrever a história do capitalismo. Wallerstein deixa muito claro que o império-mundo é guiado por forças bem diferentes.

[O moderno sistema-mundo] é uma entidade econômica mas não política, diferentemente dos impérios, das cidades-estados e Estados-nações,... a conexão básica entre as partes é econômica. (1975, p. 15).

O comércio, por exemplo, exercia no império-mundo um papel muito diferente daquele exercido nas economias mercantis e protocapitalistas do moderno sistema-mundo:

Impérios-mundo eram basicamente redistributivos em sua forma econômica. Eles sem dúvida geraram agrupamentos de comerciantes que se engajaram em trocas econômicas (primariamente no comércio de longa distância), mas tais agrupamentos, não importando o quão grandes, eram uma parte menor da economia total, e não eram determinantes para seu destino. (1974, p. 392).

A visão das economias antigas de Wallerstein é assim muito próxima do substantivismo de Karl Polanyi, mais bem conhecido entre romanistas por meio da obra de Moses Finley (1973).

A noção chave que fundamenta estes contrastes é a ideia de relação entre poder político e econômico. Até o século XV a sorte era muito mais favorável a governantes políticos ou militares: comerciantes existiam, mas eram sujeitos ao controle de seus governantes e deviam atender às necessidades deles. Nenhuma burguesia independente jamais emergiu antes da ascensão do capitalismo. O comércio era relativamente “desmercantilizado” (Appadurai, 1986). Segue-se que impérios-mundo devem ter se expandido e contraído de acordo com estímulos e limitações político-militares.

A dicotomia entre economias presentes e passadas é puramente descritiva. Nenhuma explicação é oferecida para a mudança no equilíbrio entre poder político e econômico. Esta dicotomia, de todo modo, tem sido

questionada tanto por aqueles que veem o desenvolvimento do capitalismo como parte de tendências mais longas no tempo (por exemplo, Ekholm e Friedman, 1980 e 1982), quanto por aqueles que veem economias-mundo operando em condições pré-capitalistas (Schneider, 1977; Blanton e Feinman, 1984). Se Wallerstein está errado em fazer uma distinção tão clara entre a modernidade e o passado, outros elementos do moderno sistema-mundo podem ser aplicados ao mundo antigo. Por exemplo, foram formuladas hipóteses sobre ciclos de crescimento e recessão, caracterizados por tensões cambiantes entre o centro e as regiões a ele dependentes. Também se considera que o funcionamento da economia-mundo resultou em uma crescente desigualdade entre o centro e a periferia (“o desenvolvimento do subdesenvolvimento”), em vez de na progressiva modernização e ocidentalização de povos “primitivos”. Se processos similares caracterizaram antigos impérios-mundo (ou economias-mundo pré-capitalistas), a questão tem relevância óbvia para os proponentes de processos de formações estatais secundárias e de aculturações em geral.

A questão das economias-mundo pré-capitalistas e dos antigos sistemas-mundo em geral será discutida na seção final. Podemos resumir a discussão até aqui caracterizando impérios-mundo como unidades políticas centralizadas e extensas, compreendendo várias células tributárias. A economia de um império-mundo é subordinada à sua estrutura política, como o são suas dinâmicas internas. Como é que Roma se encaixa neste modelo?

O império-mundo romano

Impérios-mundo foram caracterizados como centralizados, celulares e razoavelmente concêntricos. O quão próximo deste tipo ideal se conformava o Império Romano? Para facilitar minha análise, irei concentrar minha discussão na metade do século II d.C.

Naquele período o Império era controlado por uma capital localizada no centro, Roma, e os fluxos de tributos e taxas das províncias eram direcionados para lá e para os exércitos nas fronteiras. O Império não era circular, mas sua extensão Leste-Oeste pode ser explicada pelo contraste entre o canal de comunicações oferecido pelo Mediterrâneo e as barreiras impostas pelo Saara e pelos Alpes. A centralidade de Roma também reflete a ausência de outros impérios-mundo na vizinhança.

A situação mudou com o reestabelecimento de um novo império-mundo na Pérsia na metade do século III. A subsequente mudança da capital imperial para Constantinopla pode até ter sido uma resposta à nova geografia política, uma vez que ela reduziu a distância temporal entre eventos na periferia e as respostas do centro. Motivos similares podem estar por trás dos experimentos malsucedidos de regionalização do governo, que resultou na fragmentação do Império e na eventual perda dos territórios mais distantes do novo centro a oeste. Um processo similar pode explicar as dificuldades vividas anteriormente pelo império-mundo selêucida em reter controle de duas províncias mais orientais, quando a competição com outros impérios-mundo helenísticos atraiu sua capital para as franjas mais ocidentais de seu território.

O Império Romano era celular, com algumas células tendo se originado em impérios-mundo anteriores (por exemplo, Egito e Ásia), outras sendo o reagrupamento de células de impérios mais antigos (por exemplo, a Sicília), e outras, ainda, especialmente no Ocidente, tendo sido entidades políticas outrora independentes. Nada parecido com uma semiperiferia pode ser identificado no Império: as províncias internas parecem na verdade ter sido mais exploradas do que as externas (Garnsey e Saller, 1987, p. 55-58 e p. 95-97). O termo “semiperiferia” deve ser utilizado em um sentido razoavelmente preciso. Não pode ser usado simplesmente para designar uma área que perdeu controle sobre uma antiga zona dependente, uma área central degradada (por exemplo, Carandini, 1986, p. 16-17). Outras análises sugeriram que existiu uma zona semiperiférica, além das fronteiras do Império, que de certa forma fez a mediação entre as províncias e o barbaricum. Uma tal zona efetivamente existiu ao longo da fronteira norte, uma área até certo ponto controlada pela diplomacia romana e até certo ponto penetrada por comerciantes romanos (Hedeager, 1987; Pitts, 1989). Mas para qualificar como semiperiferia, uma área deve fazer um papel intermediário entre o centro e a periferia, e não entre um império-mundo e grupos externos. Esta “zona intermediária”, ou “terceira zona”, de todo modo, pode ser considerada como parte da franja exterior do Império, o segmento setentrional de uma zona homogênea criada pelas fronteiras romanas (Whittaker, 1989, p. 71).

Isso nos traz a um elemento estrutural do Império Romano não incluído no tipo ideal do império-mundo. As fronteiras imperiais eram grandes

consumidoras das taxas e tributos extraídos do resto do Império. Em certa medida as áreas controladas pelo exército profissional também estavam fora da estrutura celular do império-mundo. Os não agricultores concentrados nessas zonas podem ter constituído até 2% da população masculina adulta do Império. A organização militar do Império representava assim uma divisão de trabalho significativa dentro do próprio Império (cf. Wallerstein, 1974a, p. 390).

Mas esta divergência em relação ao tipo ideal não precisa ser vista como produto de uma caracterização deficiente do império-mundo. Nem todos os impérios-mundo tiveram guarnições fronteiriças permanentes em larga escala. A maioria, incluindo a Roma republicana, Atenas imperial, Cartago, Pérsia e Esparta conquistaram e mantiveram sua hegemonia com uma mistura de tropas conscritas e mercenárias, frequentemente baseadas em recrutas do centro que lutavam tão frequentemente que eles partilhavam muitas das características dos exércitos profissionais.

A análise baseada em sistemas-mundo indica uma variável importante a ser considerada quando examinamos outros impérios-mundo. Roma, como alguns outros impérios-mundo importantes (particularmente a China em alguns períodos), separou suas células tributárias do mundo exterior com guarnições que serviam para controlar ambos. Pode ser que esta inovação esteja por trás da longa resistência de Roma aos processos de contração e desintegração que Wallerstein vê como característicos dos impérios-mundo em geral. A desintegração de impérios envolvia a junção das células ou sua absorção por impérios rivais. O cordão sanitário de uma zona de fronteira não celular pode ter tornado a ocorrência desses processos menos provável. O Império Romano foi capaz de manter sua coerência enquanto suas zonas de fronteira sobreviveram – mesmo a crise do século III só culminou com uma fissão interna – enquanto os sistemas militares distintos do Império tardio podem ter tornado mais fácil para células periféricas como a Britânia optarem por sair ou serem abandonadas.

As dinâmicas do Império Romano são muito menos fáceis de analisar em termos de sistemas-mundo, principalmente por causa da imprecisão do modelo de império-mundo nesse sentido. O que está claro é que elas não devem ser pensadas apenas em termos puramente econômicos, nem em termos de capitalismo mercantil ou, a fortiori, industrial. Existe um amplo consenso entre

historiadores da Antiguidade de que o comércio era de certa forma subordinado a necessidades e estímulos políticos. Estruturas políticas e valores sociais forneceram o enquadramento e as limitações em meio às quais o comércio se desenvolveu, e os meios políticos e militares não estiveram a serviço de interesses comerciais (Hopkins, 1980; Whittaker, 1985). Se as sementes do capitalismo existiram, seu germinar foi bloqueado por limitações sociais e políticas (Runciman, 1983; cf. Wallerstein, 1979b, p. 71). Crescimento econômico era ou inexistente ou uma resposta ao estabelecimento do modo de produção tributário (Finley, 1978; Hopkins, 1980).

Atualmente, discussões sobre as dinâmicas do Império Romano enfatizam fatores políticos e militares, especialmente a competição e os valores marciais entre membros da elite (Harris, 1979 e 1984). Mas ideologias competitivas não foram exclusivas da Roma republicana e, de qualquer forma, elas também precisariam ser explicadas em um nível mais profundo (North, 1981). Foram sugeridas relações com o desenvolvimento do modo de produção escravista na Itália central (por exemplo, Hopkins, 1978). A extensão do modo de produção escravista permanece controversa, mas, de qualquer modo, as tentativas de tornar a necessidade por matéria-prima ou escravos um elemento determinante na expansão (por exemplo, Nash, 1987) não conseguiram demonstrar a relação causal desta conexão. Nobres romanos eram claramente conscientes dos ganhos a serem realizados com a expansão (Finley, 1978; Harris, 1979), mas tais ganhos parecem ter sido concebidos mais em termos de butim e glória pessoal. A expansão era na verdade contrária aos interesses dos comerciantes de escravos, uma vez que a escravização dentro do Império era proibida e escravos eram regularmente retirados de zonas além das fronteiras. Ao menos nesse sentido, o imperialismo romano conformar-se-ia à descrição feita por Wallerstein de um império-mundo dentro de um sistema-mundo, em detrimento da descrição de um sistema-mundo.

Estruturas coletoras de tributos só foram desenvolvidas lentamente, nos últimos séculos da expansão romana, principalmente por meio da prática de contratação do direito de tributar terceiros. Consequentemente, os lucros da expansão consistiram principalmente do butim das campanhas, e os grupos derrotados foram explorados primariamente sendo forçados a participar do sistema como novos aliados (cf. Conrad e Demarest, 1984, p. 52-60), e por

intermédio da instituição do clientelismo. Foi só com a criação por Augusto de uma infraestrutura sistemática para a extração de tributo que a expansão foi interrompida. Mas ainda é necessário explicar por que, enquanto durou a República, a expansão foi vista como uma prioridade mais alta do que a consolidação. Seja isso visto por uma perspectiva de sistemas-mundo ou em termos mais tradicionais, nós continuamos tão distantes de uma explicação satisfatória para o imperialismo romano quanto antes.

O fim da expansão romana também deve iluminar a dinâmica do imperialismo. As razões para o fim da expansão são muito debatidas. Alguns arqueólogos invocaram um limite ecológico, enquanto sugeriram que a conquista romana estava limitada a áreas onde sistemas sociopolíticos preexistentes haviam desenvolvido uma infraestrutura capaz de pagar o preço da conquista (van Waateringe, 1983). Historiadores da Antiguidade preferem explicações em termos de uma mudança de senhores da guerra aristocráticos em competição para um governo autocrático. A questão permanece aberta. Mas é claro que, apesar de o fim da expansão ter coincidido com um período de tensões entre membros da aristocracia romana, ele não resultou em uma crise econômica – nenhuma análise situa a crise do modo de produção escravista antes do final do século I d.C., um século após o fim da expansão romana, enquanto alguns veem poucas mudanças antes dos séculos IV e V (MacMullen, 1987, p. 376; Whittaker, 1987, p. 88-94). O primado de fatores políticos sobre os econômicos é sugestivo.

O fim da expansão romana foi distante em alguns séculos do início de sua contração. Foi observado anteriormente que as fronteiras podem ter sido relevantes na explicação desta exceção para a generalização de Wallerstein. Também foi sugerido que a emergência do império-mundo sassânida pode ter influenciado o reposicionamento a oriente do império-mundo e que isso levou inevitavelmente ao enfraquecimento do controle sobre sua porção ocidental.

Mas fatores adicionais são necessários para explicar a desintegração do império-mundo ocidental, e também sua gradual contração do Estado bizantino. Mark Elvin sugeriu que o império chinês só manteve sua coesão porque sustentou um nível de evolução tecnológica e crescimento econômico que manteve sua vantagem sobre grupos vizinhos (Elvin, 1973, p. 20). Aculturação, concebida como fluxos de informação através da fronteira,

continuamente ameaçava expandir os recursos militares de grupos externos (van der Leeuw, 1983). Sistemas de fronteira como os de Roma ou da China, apesar de terem permitido que impérios-mundo tenham sobrevivido sem serem expandidos, podem até ter acelerado estes processos aculturativos (Lattimore, 1940; Whittaker, 1989).

Muito pouco pode ser dito sobre as outras dinâmicas sugeridas pela analogia com o sistema-mundo moderno. Tendências cíclicas são difíceis de detectar. A questão de se a situação dos provinciais melhorou ou piorou com o tempo permanece aberta. Apesar de a taxação ter aumentado com o tempo e os privilégios de algumas regiões (como a Itália) e de alguns grupos (especialmente cidadãos) terem sido minados, não está claro o quanto a noção de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” pode nos ajudar a entender estas mudanças. O impacto de longa duração do imperialismo romano nas províncias permanece uma questão em debate, e a análise dos sistemas-mundos ainda poderá fornecer o enquadramento através do qual estudá-la.

Em muitos respeito o Império Romano corresponde razoavelmente bem à concepção de império-mundo de Wallerstein. Isto não é de surpreender, uma vez que tanto a concepção de Wallerstein quanto as sínteses sobre as quais ela foi construída foram muito baseadas no caso romano. Mesmo assim, a análise de sistema mundo ainda pode ser muito útil, tanto ao indicar o que pode ser único e distintivo no caso romano, como sua zona fronteira não celular, quanto ao sugerir novas hipóteses interpretativas, por exemplo, sobre mudanças na localização das capitais e no modo como o Ocidente foi perdido.

Acima de tudo, o processo de abstração teórica permite que questões, estruturas e dinâmicas sejam identificados e debatidos com uma clareza que seria impossível em um debate em um nível mais concreto. Com certeza, existe uma perda de detalhes e, em particular, uma perda de empatia com os atores envolvidos nestes dramas macro-históricos. A análise em um nível teórico complementa adequadamente, em vez de substituir, estudos convencionais com foco no particular. É difícil lidar com o Império Romano, justamente porque ele foi tão grande e duradouro, sem o fazer em um nível geral. A análise de sistemas-mundo oferece um modo de enxergar o todo. Mais análises do Império Romano em termos de um império-mundo, talvez até em uma perspectiva explicitamente comparativa, podem ainda gerar resultados adicionais.

Economias-mundo pré-capitalistas

Impérios-mundo cobriram uma grande parte do mundo antigo, mas não a sua totalidade. O restante deste artigo olha para além do império-mundo e considera a aplicação de análises de sistemas-mundo a outras sociedades pré-capitalistas.

Quando quer que um [império-mundo] expandisse, ele destruía e/ou absorvia tanto minissistemas quanto economias-mundo, e quando quer que ele se contraísse, ele abria espaço para a recriação de minissistemas e economias-mundo. (1987, p. 317)

Devemos admitir de saída que a divisão de todos os antigos sistemas políticos em minissistemas ou impérios-mundo é analiticamente inadequada. Muito poucos minissistemas – essencialmente bandos de caçadores/coletores não hierarquizados – podem efetivamente ter existido, e mesmo aqueles que existiram foram provavelmente fragmentados por divisões do trabalho baseadas em gênero e idade. Se por um lado a “periferalização” é um processo necessariamente concomitante à centralização, efeitos locais da relação centro-periferia devem ter atuado em todos os Estados – por definição centralizados – e em muitas outras sociedades também. Uma elaboração ulterior de uma taxonomia sociopolítica pode ser um exercício infrutífero: estas formações políticas centralizadas menores devem ter se comportado simplesmente como impérios-mundo, mas em uma escala menor.

Os sistemas macrorregionais caracterizados por Wallerstein como economias-mundo pré-capitalistas são muito mais importantes. Entidades efêmeras de pouca significância, de acordo com Wallerstein, economias-mundo têm, apesar disso, aparecido como mais importantes do que impérios-mundo nas análises de sistemas-mundo do mundo antigo. Nesta seção quero considerar a natureza das economias-mundo antes de sugerir mais uma modificação na teoria dos sistemas-mundo que pode aumentar ainda mais sua utilidade.

Dois pontos-chave envolvem a questão das economias-mundo pré-capitalistas. Em primeiro lugar, quão poderosas foram as economias-mundo antigas em comparação seja com o moderno sistema mundo seja com os impérios antigos? Em segundo lugar, teria o comércio a longa distância sido sempre ou alguma vez organizado de modo análogo ao do moderno sistema-

mundo? Estas questões são muito importantes para historiadores da pré-história, uma vez que dos dois tipos de sistemas-mundo atualmente à disposição, apenas a economia-mundo pode ser aplicada a situações pré-históricas. Um número crescente de estudos sobre sociedades pré-históricas assumiram como pressuposto a plausibilidade de redes extensas de trocas, gerando padrões suprarregionais e transformando a cultura material e a estrutura social em continentes inteiros. Alguns pesquisadores chegaram a sugerir que tais processos podem ter desempenhado um papel determinante na evolução social, ao menos em algumas áreas e em algumas épocas (por exemplo, Rowlands, 1980; Wells, 1980; Blanton e Feinman, 1984; Brun, 1987; Kohl, 1987b; Cunliffe, 1988; Dincauze e Hasenstab, 1989; McGuire, 1989).

Existe uma visão alternativa. Wallerstein, de acordo com sua visão primitivista das economias antigas, considerou que o comércio de longa distância não foi significativo antes da ascensão do capitalismo. A troca entre sistemas-mundo era de artigos de luxo, “isto é, não essenciais” (1979b, p. 390). O comércio era igualitário, por oposição a desigual. Economias-mundo eram entidades instáveis, entrando em colapso ou transformando-se em impérios (1974a, p. 390). Elas são descritas como:

vastas cadeias desiguais de estruturas de produção recortadas por múltiplas estruturas políticas. A lógica básica é que o excedente acumulado é distribuído desigualmente em favor daqueles capazes de alcançar vários tipos de monopólios temporários nas redes mercantis. Esta é uma lógica “capitalista”. (1987, p. 317)

As economias-mundo antigas e modernas são, portanto, basicamente iguais, com uma única diferença importante: enquanto o potencial capitalista das antigas economias-mundo foi esmagado pelos músculos militar e político dos impérios antigos, o moderno sistema-mundo atingiu estabilidade, principalmente como resultado de mudanças tecnológicas. A observação de Wallerstein de que as antigas economias-mundo foram relativamente insignificantes é uma parte integral de sua explicação das diferenças entre a Antiguidade e a Modernidade.

O objetivo deste trabalho não é resolver esta questão – e certamente não é atacar as estimulantes e imaginativas aplicações de economias-mundo a contextos pré-históricos mencionadas acima. Em vez disso, pretendo mostrar

que o assunto é mais problemático do que é frequentemente observado. Minha visão é de que pesquisas e discussões recentes colocam problemas tanto para a avaliação de Wallerstein a respeito da significância das trocas na Antiguidade quanto para analistas que tentam ver economias-mundo como a nossa dominando a maioria das sociedades pré-históricas.

O debate tem sido concentrado na troca de bens de luxo, desprezados por Wallerstein como não essenciais (Schneider, 1977; Blanton e Feinman, 1984). O papel do comércio de luxo em sistemas não capitalistas tem sido discutido com base em duas posições diversas, uma afirmando sua insignificância e a outra, a sua relevância social.

Em termos econômicos, artigos de luxo são relevantes porque eles tendem a ter um valor unitário muito alto. Isso permite um comércio de longa distância lucrativo sob as condições de transporte antigas e oferece a possibilidade de formação de fortunas individuais, mas também força um investimento considerável em qualquer empreendimento, com riscos altos e longas demoras antes que um retorno seja alcançado. Quando um império-mundo está envolvido, podemos suspeitar do envolvimento de aristocratas ricos, como em Roma (Hopkins, 1983), ou do controle estatal, como na China da dinastia Han. Fora dos impérios-mundo, candidatos prováveis são pequenos chefes, como os líderes das “cidades-caravaneiras” orientais, ou mercadores ricos.

Pode o comércio externo organizado e financiado por membros de impérios-mundo ser proveitosamente entendido em termos de uma economia-mundo? O comércio exterior chinês era integrado e subordinado à sua economia tributária interna. Em tese, os interesses comerciais de aristocratas romanos podem ter tido algum impacto na política imperial, mas isso é difícil de demonstrar. Muito mais clara é a sombra de pequenos comerciantes que operavam próximos, mas fora das fronteiras do império. Mas qualquer que seja a proteção econômica ou militar que eles tenham desejado, estes grupos não podem ter tido qualquer influência na política. A imensa prioridade dada a questões políticas sugere que estas não foram, realmente, economias mundiais.

Mas o comércio de artigos de luxo pode ter tido uma importância social totalmente desproporcional ao seu valor econômico. Artigos de luxo não são desimportantes e em muitas sociedades, burguesas capitalistas e “tradicionais”,

são usados para reproduzir as hierarquias sociais (Veblen, 1899). Muitas das aplicações da análise de economias-mundo por historiadores da pré-história propõem que elites periféricas eram dependentes das sociedades centrais para o suprimento de artigos de luxo exóticos, que funcionariam como “bens de prestígio”, seja para ostentação e uso cerimonial, seja para a redistribuição a chefes subordinados (Frankenstein e Rowlands, 1978; Wells, 1980; Blanton e Feinman, 1984; Brun, 1987).

A questão-chave levantada por estas análises é se estas elites eram realmente dependentes do centro. Ninguém sugeriria que a hierarquia social romana teria entrado em colapso se a rota da seda tivesse sido desviada. Bens de prestígio, já foi observado, não precisam ser importados: podem ser manufaturados localmente enquanto os chefes mais importantes mantiverem controle sobre os artesãos, suas técnicas ou as matérias-primas necessárias (Gosden, 1985).

A questão do poder das antigas economias-mundo é, portanto, de difícil solução. Quantitativamente elas foram frágeis, se comparadas ao moderno sistema-mundo, mas é difícil estimar sua relevância econômica com relação aos baixos níveis de produtividade, que certamente teriam caracterizado a maioria das comunidades camponesas e tribais dos mundos da pré-história e dos impérios. Bens de prestígio podem ter desempenhado um papel vital no estabelecimento e manutenção de algumas hierarquias pré-históricas, mas os artigos funerários em questão podem ter sido meras insígnias casuais de poder.

A natureza das diferenças entre nosso mundo e o deles é central para essa questão. Ekholm e Friedman (1982) identificaram similaridades estruturais entre os padrões antigo e moderno de acúmulo de capital: eles veem as diferenças entre as economias antiga e moderna como diferenças de escala mais do que de gênero. Mas mesmo diferenças de escala podem ser cruciais para determinar a capacidade que o comércio tinha de ter um papel de destaque na constituição de uma sociedade (Adams, 1979). Eles também não foram capazes de demonstrar que o poder relativo dos establishments econômico e político não era radicalmente diferente no mundo antigo. Mais crucialmente, eles ainda não ofereceram uma alternativa para o critério de modernidade de Wallerstein. E, ainda assim, não houve uma revolução industrial romana.

Romanistas também têm interesse no debate sobre o poder das economias-mundo pré-capitalistas, por causa de sua relevância para uma preocupação central da história econômica romana: a natureza do comércio inter-regional. A maioria dos arqueólogos que se dedica ao período romano aceita que, ao menos na bacia do Mediterrâneo, quantidades consideráveis de bens eram transportadas por longas distâncias desde as áreas em que eram produzidos até as áreas onde eram consumidos. E estas trocas não eram restritas a artigos de luxo. Quantias consideráveis de grãos, azeite, molhos de peixe, cerâmica e materiais de construção eram movidos por longas distâncias (por exemplo, Ward-Perkins, 1980; Giardina e Schiavone, 1981; Paterson, 1982; Garnsey e Whittaker, 1983; Garnsey, Hopkins e Whittaker, 1983; Giardina, 1986; Greene, 1986; Peacock e Williams, 1986; Fulford, 1987; Mattingly, 1988). Mas apesar do crescente reconhecimento da escala destas trocas, existe considerável desacordo sobre como relacioná-las à base agrária da economia romana, assim como às estruturas políticas do Império.

Análises de sistemas-mundo oferecem uma abordagem para essa questão. Nessa perspectiva a questão-chave se torna se as trocas de longa distância devem ser interpretadas em termos de uma economia-mundo pré-moderna ou como características de um império-mundo. Se uma economia-mundo existiu no Império Romano, então as economias-mundo postuladas por historiadores da pré-história e mesoamericanistas têm uma plausibilidade maior. O mesmo acontece com estudos que tratam o Império como um todo, como um centro cercado por uma zona de fronteira semiperiférica e uma periferia bárbara (Hedeager, 1987; Cunliffe, 1988). Mais significativamente para romanistas, a visão de Rostovtzeff (1957) sobre a economia romana seria confirmada às expensas daquela de Finley e seus discípulos (Finley, 1985).

No caso, a única aplicação explícita da teoria dos sistemas-mundo ao problema do comércio romano assume exatamente essa postura. Carandini (1986) defende a existência de uma economia-mundo romana baseada no capitalismo mercantil, comparável àquela da Europa no século XV. Apesar de concordar que o Império Romano foi um império-mundo, ele argumenta que a evidência arqueológica permite identificar uma economia-mundo dentro do Império Romano. Aceitando a proposição de que impérios-mundo se expandiram dentro de economias-mundo pré-existentes, Carandini sugere que a

Itália dominou economicamente o Mediterrâneo ocidental antes de sua conquista por Roma, mas que o império-mundo resultante não sufocou o mercantilismo até a crescente burocratização e regulamentação do Império tardio.

Carandini apresenta um número de argumentos com base arqueológica em defesa de sua observação de que o Império continha uma economia-mundo. O que ele não faz é se perguntar quantos dos elementos que ele identifica podem ser também explicados em termos do funcionamento de um império-mundo. O argumento do presente artigo é de que é necessário examinar os sistemas de troca do Mediterrâneo romano, em primeiro lugar, em termos de sua incorporação a um império-mundo, antes de identificar as contradições que podem indicar a persistência de qualquer economia-mundo pré-imperial.

Carandini cita seis elementos da economia romana que para ele sugerem o funcionamento de uma economia-mundo:

1. O império incluiu uma divisão interna do trabalho;
2. Sua economia incorporou diversos modos de produção em regiões diferentes.
3. O crescimento das exportações da África do Norte sugere uma semiperiferia suplantando um centro anteriormente dominante;
4. As instituições do Estado romano foram tão benéficas para o comércio quanto aquelas da Europa moderna;
5. O império experimentou um crescimento econômico moderado, manifestado demograficamente assim como na escala de seu comércio e produção;
6. Esferas comerciais começaram a desenvolver rotas comerciais regulares transportando mais do que artigos de luxo.

Mas muitos destes elementos podem igualmente ser vistos como característicos de um império-mundo. Foi sugerido acima que a divisão inter-regional do trabalho caracterizou impérios-mundo, enquanto a existência de modos de produção múltiplos é uma característica de todas as formações sociais (Semenov, 1980). A existência de esferas comerciais, o papel econômico benéfico do Estado, o crescimento econômico e a dominância da África sobre a Itália, são assuntos mais controversos, mas foram oferecidas explicações para cada um deles em termos de respostas aos fluxos de bens politicamente desenvolvidos que são característicos de impérios-mundo (Hopkins, 1980; Wickham, 1989). Eu concluo que Carandini não demonstrou a existência de

padrões de comércio que não possam ser explicados pela hipótese mais simples de que a economia do Mediterrâneo foi dominada pelas demandas do império-mundo romano. Para demonstrar a coexistência de uma economia-mundo e um império-mundo, é preciso identificar elementos que não possam ser explicados por uma economia-mundo ou um império-mundo por si sós.

Discordar dos argumentos de Carandini em favor da existência de uma economia-mundo romana não significa aceitar uma visão primitivista da economia romana. A posição de Finley reunia duas proposições que são frequentemente confundidas: em primeiro lugar, de que o comércio de longa distância era insignificante em sua escala (uma posição que Finley compartilhava com A. H. M. Jones), e, em segundo lugar, que os sistemas de troca romanos não eram análogos ao mercantilismo moderno. Enquanto a pesquisa arqueológica parece ter provado que ele estava errado quanto ao primeiro ponto, seus argumentos permanecem firmes no segundo. A análise de sistemas-mundo contribui para o consenso de que a economia antiga foi dominada por forças políticas e militares. Em meio a este consenso, ainda não está claro se as trocas foram diretamente controladas pelo Estado ou se os comerciantes se beneficiaram parasitariamente dos fluxos de taxas e renda. Também não está claro se o Império Romano experimentou crescimento econômico, e se, em caso afirmativo, isso deveria ser visto em termos de prosperidade, exploração ou ambos. Nestes assuntos a teoria dos sistemas-mundo tem menos a oferecer, uma vez que, mesmo que aceitemos que a economia romana deveria ser caracterizada como a de um império-mundo sobreposto a uma base de agricultura camponesa, o poder do Estado não foi nem puramente benéfico e nem puramente antagônico à economia.

Quanto à questão mais ampla sobre se economias-mundo poderosas existiram antes da época moderna, o caso de Roma oferece pequeno encorajamento para historiadores da pré-história investigando padrões suprarregionais de cultura material. Mas, até aí, talvez um império-mundo não seja o primeiro lugar onde esperamos encontrar uma economia-mundo. Ainda aguardamos uma demonstração arqueológica rigorosa de uma economia-mundo. Elementos necessários de tal demonstração incluiriam evidência empírica de mudanças sincrônicas em regiões diferentes, organizadas mais ou menos concentricamente ao redor de uma zona central. Explicações

alternativas, como mudanças climáticas ou fatores geográficos teriam que ser excluídas. Evidência para o contato entre zonas concêntricas (e não dentro delas) deveria ser apresentada. Finalmente, um relato internamente plausível desses processos deveria ser elaborado. Muitos estudos existentes incluem um ou mais desses componentes, mas nenhum apresentou um argumento sólido até agora. É preciso admitir que isso seria uma tarefa difícil.

O que está claro é que nem todas as trocas de longa distância eram organizadas como no sistema-mundo moderno. Centros, periferias e semiperiferias podem ter sido a exceção e não a regra. Se sistemas de troca forem classificados de acordo com os padrões de acúmulo de capital, variações consideráveis irão aparecer. Alguns sistemas de troca foram organizados pela elite ou pelo governo dos impérios-mundo, mas outros foram relativamente independentes deles, ou operaram entre eles. O ímpeto por trocas de longa distância muitas vezes se originou destas áreas intermediárias (Dietler, 1989). Grupos étnicos específicos frequentemente monopolizaram o comércio em uma dada região, criando “diásporas comerciais” que acumularam riquezas em um padrão disperso, ao invés de centralizado (Curtin, 1984). As antigas economias-mundo não foram sempre centralizadas; e nem sempre foram exploradoras. Por exemplo, diferentes taxas de troca entre moedas de ouro e prata encorajaram trocas mutualmente benéficas entre a Europa Medieval e o Mundo Islâmico (Grierson, 1960).

Quais são as implicações destas observações para os historiadores da pré-história? Mais seriamente, permanece a ser provado que as economias-mundo tiveram algum efeito significativo antes do século XV. Mas pode ser útil fazer alguns testes com outras variedades do sistema-mundo.

Símbolos-mundo

Parece ser necessário pensarmos em uma concepção de dominância simbólica. A visão histórica mundial de Wallerstein depende de uma concepção particular da relação entre poder político e econômico. Uma terceira categoria de sistema-mundo pode ser vislumbrada, na qual a dominância suprarregional é alcançada por uma formação social na qual o poder simbólico ou religioso tenha subordinado os interesses políticos e econômicos a si próprio.

Sistemas-mundo não dependem de apenas uma forma de poder. Tanto economias-mundo quanto impérios-mundo envolvem igualmente modos de produção particulares e formações político-militares características. A diferença essencial é de dominância. Wallerstein, como muitos estudiosos, diferencia o capitalismo de seus predecessores em termos do equilíbrio de poder entre interesses econômicos e político-militares. O simbolismo sempre foi concebido como legitimando sistemas-mundo econômicos ou políticos, mas é teoricamente possível a existência de um sistema-mundo no qual forças políticas e econômicas sejam em grande medida subordinadas a uma ordem simbólica.

O argumento pode ser questionado por diferentes pontos de vista. Substantivistas podem argumentar que é impossível separar economias de estruturas político-militares ou de sistemas ideológico-simbólicos, ao menos no caso do mundo antigo (Kohl, 1987b, p. 10-11). Alguns marxistas argumentariam que a base econômica sempre determina a superestrutura política e ideológica, apesar de isso colocar problemas para o sistema-mundo como descrito por Wallerstein. Mas a maioria dos teóricos sociais concordaria em geral com uma distinção tripartite entre poder político, econômico e religioso, e todos com a exceção de alguns materialistas históricos linha-dura os considerariam interdependentes, cada um tendo um grau variável de autonomia de e dominância sobre os outros dois em configurações sociais distintas. Se suspendermos nosso debate sobre estas questões mais amplas, passa a ser útil verificarmos se sistemas de símbolos-mundo podem ser analiticamente úteis na prática.

Uma aplicação seria providenciar uma descrição dos sistemas-mundo da cristandade medieval e do Islão inicial. Durante a Alta Idade Média, nos dizem, a Europa não era nem uma economia-mundo e nem um sistema-mundo (Wallerstein, 1975, p. 35). Mas estes não foram uma mera coleção de minissistemas adjacentes: as sociedades alto-medievais compartilharam sistemas políticos similares em linhas gerais, e uma série comum de modos de produção. A unidade da cristandade inicial parece ser mais bem explicada por uma adesão geral a sistemas simbólicos particulares. Ideologias cavaleirescas e feudais, assim como a cristã, exerceram um papel, mas foi esta última que foi a mais eficientemente centralizada. Cruzadas expansionistas foram organizadas, no Báltico e na Espanha, assim como no Mediterrâneo oriental, e a heresia foi

coibida de forma centralizada. Considerar estes fenômenos do ponto de vista dos sistemas-mundo pode ser interessante.

Sistemas de símbolos-mundo teriam que ser conectados, mas não existe, a princípio, nenhuma razão pela qual eles deveriam ser centralizados geograficamente. O papado conseguiu dominar a cristandade apenas por um curto período de tempo, e o fez de forma pouco efetiva; outros sistemas simbólicos podem ser imaginados, nos quais o poder resida em grupos definidos por idade ou gênero, mas não localização. Sociedades aborígenes australianas compartilham conjuntos de crenças comuns, e indivíduos podem mobilizar recursos e pessoas fazendo uso destas crenças, mas há pouco que possa ser considerado estratificação. Em lugar de tentarmos customizar a economia-mundo capitalista para usar em condições antigas, historiadores da pré-história poderiam experimentar usar a ideia de sistemas simbólicos mantidos pela circulação constante de especialistas ou populações, ou pela troca de mulheres, bens e conhecimento.

A ênfase no poder simbólico também é implícita em uma análise da sociedade do início da Idade do Ferro já citada (Frankenstein e Rowland, 1978). O poder simbólico de alguns bens de prestígio é ainda mais claro em um exemplo mesoamericano, onde documentos históricos atestam os significados com que alguns itens de ornamento pessoal foram investidos (Blanton e Feinman, 1984). Bens de prestígio podem ser diferenciados de artigos de luxo precisamente desta forma. Enquanto artigos de luxo são relativamente intercambiáveis para os propósitos de ostentação da elite em uma sociedade burguesa, bens investidos com um mana religioso, talvez pelo uso em cerimônias, podem ser menos fáceis de substituir. A demonstração de que poderosos e extensos sistemas-mundo baseados no poder simbólico existiram na pré-história seria uma contribuição considerável para nossa compreensão da história mundial.

Como sempre, hipóteses alternativas também devem ser consideradas. Pode ser que não tenham existido sistemas-mundo antes dos impérios antigos, e que todos os sistemas simbólicos, econômicos e sociais pré-históricos fossem essencialmente locais, mostrando frágeis padrões inter-regionais. Mesmo tipos de artefatos similares, como vasos campaniforme, podem ter recebido valores locais e terem sido utilizados de modos diferentes em regiões diferentes. É difícil

distinguir arqueologicamente artigos de luxo de bens de prestígio, e talvez muito poucas sociedades tenham escolhido imputar um valor simbólico a objetos importados. Essa pode ser uma visão extrema, mas que merece ser considerada.

A questão da escolha cultural levanta o último tema importante a ser discutido: o determinismo. Uma grande crítica à abordagem de Wallerstein é que a atenção do historiador é dirigida para o centro do sistema-mundo (Ortner, 1984, p. 143-44). Em consequência, as escolhas e ações das vítimas da expansão são tornadas periféricas (Paynter, 1982, p. 236; Wolf, 1982, p. 22-23). O comércio romano nem sempre teve o mesmo impacto sobre as sociedades externas (Fulford, 1985). Da mesma forma, arqueólogos que se dedicam à Idade do Ferro concentraram tanto de sua atenção na interação centro-periferia que negligenciaram as trajetórias distintas da Europa temperada bem como as principais diferenças internas a ela (Ralston e Woolf, no prelo).

Como podem arqueólogos evitar tais críticas ao empregar análises de sistemas-mundo? Um modelo possível é a análise de Wolf sobre o mesmo processo descrito por Wallerstein. Wolf se concentra na dinâmica do mercantilismo e do capitalismo, mais do que nas estruturas geradas, e por meio de uma série de estudos de caso detalhados ele tenta dar o mesmo peso aos modos de produção nativos e seus sistemas políticos e aos dos imperialistas. O resultado é uma evocação sutil de uma história complexa. Mas há inevitavelmente uma perda de clareza e simplicidade que tornam generalizações a partir deste modelo algo muito difícil.

Arqueólogos podem preferir abandonar o foco em estruturas concêntricas, preferindo uma imagem do poder como estendido no espaço (Cherry, 1987). A articulação dos poderes simbólico, político e econômico cria variações sobre o tema do comportamento padronizado recorrendo por longas distâncias e longos períodos de tempo. Mas para além do volume de espaço-tempo ocupado por um sistema-mundo, ao longo das margens do espaço-tempo onde ele se sobrepõe aos seus predecessores, seus vizinhos e sucessores, essa padronização se quebra (Giddens, 1984, p. 164). Nas margens do espaço-tempo dos sistemas-mundo, grupos e indivíduos dentro de comunidades resistem à incorporação, ou tentam negociar posições favoráveis para si próprios na nova ordem (Olsen, 1987). Estas próprias estratégias geram as estruturas dos

sistemas-mundo que constroem e canalizam as dinâmicas da expansão ou contração subsequente.

Conclusões

As análises de sistema-mundo se mostraram ferramentas poderosas para a conceptualização e análise do mundo moderno. Eu argumentei que elas têm um potencial semelhante para o entendimento das estruturas e dinâmicas macroscópicas do Império Romano e seus vizinhos, e para facilitar a comparação entre Roma e outros impérios. Algumas hipóteses preliminares foram sugeridas.

A análise de sistema-mundo do mundo pré-capitalista demanda um senso da história igual ao que é exemplificado pela obra de Wallerstein. Aplicações de suas teses ao mundo antigo devem tomar conhecimento de seus próprios escritos de forma crítica. Entre os muitos problemas enfrentados por historiadores da pré-história usando este conceito está a forte possibilidade de que economias-mundo de uma época mais antiga fossem simplesmente frágeis demais para gerar uma padronização inter-regional. Um progresso maior pode ser feito com os efeitos locais de sistemas-mundos no âmbito dos Estados antigos, com sistemas-mundo simbólicos, e outros tipos de sistemas de troca que não são tão claramente centralizados e nos quais a dominância é menos aparente em uma escala regional. A própria clareza oferecida pela formulação dos sistemas-mundos deve garantir que eles permaneçam úteis.

Agradecimentos

Sou muito devedor a Sue Alcock, Peter Garnsey, Ian Hodder e Keith Hopkins, e aos pareceristas anônimos do *Journal of Roman Archaeology*, por seus comentários excepcionalmente estimulantes sobre versões anteriores deste trabalho. Eles naturalmente não devem ser responsabilizados pelo produto final.

Bibliografia

ADAMS, R. Me. "Common concerns but different standpoints: a commentary" in M. T. Larsen (ed.), *Power and propaganda. A symposium on ancient empires= Mesopotamia*, 7 Copenhagen: 1979, p. 393-404.

ALCOCK, S. E. "Archaeology and imperialism: Roman expansion and the Greek city," *Journal of Mediterranean Archaeology*, 2, 1989, 87-135

APPADURAI, A. (ed.) *The social life of things: commodities in cultural perspective*. Cambridge: 1986

BLANTON, R. and FEINMAN, G. "The Mesoamerican world-system," *American Anthropologist*, 86, 1984, p.673-82.

BLOEMERS, J. H. F. "Periphery in pre- and proto-history: structure and process in the Rhine-Meuse basin between c. 600 BC and 500 AD," in R. F. J. Jones, J. H. F. Bloemers, S. L. Dyson and M. Biddle (edd.), *First Millennium Papers*, BAR 5401, Oxford: 1988, p. 11-35.

BRAUDEL, F. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. London: 1972 [Paris: 1966].

BRUN, P.: *Princes et princesses de la Celtique. Le premier age du fer (850-450 av. J-C)*, Paris:1987.

CARANDINI, A. "Il mondo della tarda antichita vista attraverso le merci," in Giardina (ed.) 1986, p. 3-19.

CHAMPION, T. C. (ed.) *Centre and periphery: comparative studies in archaeology = One World Archaeology*, no. 11, London: 1989a.

_____, T. C. "Introduction" in T. C. Champion (ed.) 1989a, p. 1-21

CHERRY, J. F. "Power in space: archaeological and geographical studies of the state" in J. M. Wagstaff (ed.), *Landscape and culture. Geographical and archaeological perspectives*. Oxford: 1987, p. 140-72

CONRAD, G. W. and Demarest, A. A. *Religion and empire. The dynamics of pre-Columbian imperialism*. Cambridge: 1984.

CUNLIFFE, B. W. *Greeks. Romans and Barbarians. spheres of interaction*. London: 1988.

CURTIN, P. *Cross-cultural trade in world history*. Cambridge:1984.

DIETLER, M. "Greeks, Etruscans and thirsty barbarians: early iron age interaction in the Rhone basin of France" in T. C. Champion (ed.) 1989a, p. 127-41.

DINCAUZE, D. F. and HASENSTAB, J. "Explaining the Iroquois: tribalization on a prehistoric periphery" in T. C. Champion (ed.) 1989a, p. 67-87.

DODGSHON, R. A. "A spatial perspective," *Peasant Studies* 6, 1977, p. 8-20.

EISENSTADT, S. "Empires" in: *International Encyclopaedia of the Social Sciences*, 5, New York, 1968, p. 41-49.

_____ *The political systems of empires*. New York: 1969.

EKHOLM, K. and FRIEDMAN, J. "Towards a global anthropology" in: L. Blussé, K. L. Wesseling and G. D. Winius (edd.). *History and underdevelopment. Essays on underdevelopment and European expansion in Asia and Africa*. Leiden: 1980, p. 61-76.

_____ "Capital, imperialism and exploitation in ancient world systems," *Review*, 4. 1, 1982, p. 87-109 (originalmente publicado em: Larsen, M. T. (ed.) *Power and propaganda*, 1979, p.41-58)

ELVIN, M. *The pattern of the Chinese past*. London: 1973.

FINLEY, M. I. *The ancient economy*. London: 1985 [1973].

_____ "Empire in the Graeco-Roman world," *Review*, 2. 1, 1978, p. 55-68.

FRANKENSTEIN, S. and ROWLANDS, M. "The internal structure and regional context of early iron age society in south-western Germany," *BIA* Lond, 15, 1978, p. 73-112.

FULFORD, M.G. "Roman material in barbarian society c.200 BC- c.AD 200" in T. C. Champion and J. V. S. Mega (edd.) *Settlement and society. Aspects of west European prehistory in the first millennium*. B.C. Leicester: 1985, p. 91-108.

_____ "Economic interdependence among urban communities of the Mediterranean Basin," *World Archaeology*, 19.1, 1987, p. 58-75.

GARNSEY, P., HOPKINS, K. and WHITTAKER, C. R. (edd.) *Trade in the ancient economy*. London: 1983.

GARNSEY, P. and WHITTAKER, C. R. (edd.) *Trade and famine in classical antiquity*. Cambridge: 1983.

GARNSEY, P. and SALLER, R. P. *The Roman empire. Economy, society, culture*. London: 1987.

GELLNER, E. *Nations and nationalism*. Oxford: 1984.

GIARDINA, A. and SCHIAVONE, A. (edd.), *Società romana e produzione schiavistica*. Roma.

GIARDINA, A. (ed.) *Società romana e impero tardoantico III. Le merci, gli insediamenti*. Roma-Bari: 1986.

GIDDENS, A. *The constitution of society. Outline of the theory of structuration*. Cambridge: 1984.

GOSDEN, C. "Gifts and kin in early iron age Europe," *Man*, 20, 1985, p. 475-93.
GREENE, K. *The archeology of the Roman economy*. London: 1986.

GRIERSON, P. "The monetary reforms of 'Abd al-Malik: their metrological basis and their financial repercussions," *Journal of Economic and Social History of the Orient*, 3, 1960, p. 241-64.

GREONMAN VAN WAATERINGE, W. 1979 "Urbanisation and the north-west frontier of the Roman empire," in W. S. Hansen and L. J. F. Keppie, *Roman frontier studies*. (BAR S71) Oxford: 1979, p. 1037-44.

HARRIS, W. V. *War and imperialism in republican Rome 327-70 B.C.* Oxford: 1979.

_____ *The imperialism of mid-republican Rome*. Rome: 1984.

HEDEAGER, L. "Empire, frontiers and the barbarian hinterland: Rome and northern Europe from A.D. 1 - 400," in Rowlands et al. (edd.) 1987, p. 125-40

HOPKINS, K. *Conquerors and slaves. Sociological studies in Roman history I*. Cambridge: 1978.

_____ "Taxes and trade in the Roman empire (200 B.C.- A.D. 200)," *JRS* 70, 1980, p. 101-25.

_____ "Models, ships and staples" in P. Garnsey and C. R. Whittaker (edd.), *Trade and famine in classical antiquity*. Cambridge: 1983.

KOHL, P. "The ancient economy, transferable technologies and the bronze age world system: a view from the north eastern frontier of the ancient Near East" in M. Rowlands, M. Larsen and K. Kristiansen (edd.), 1987, p. 13-24.

_____. "The use and abuse of world systems theory: the case of the pristine west Asian state," in M. Schiffer (ed.), *Advances in archaeological method and theory*, 11, New York, 1987b, p. 1-35

LATTIMORE, O. *The inner Asian frontiers of China*. New York: 1940.

LEEuw, S. E. van der "Acculturation as information processing" in R. Brandt and J. Slofstra (edd.), *Roman and native in the Low Countries. Spheres of interaction* (BAR S184) Oxford: 1983, p. 11-41

MACMULLEN, R. "Late Roman slavery," *Historia*, 36, p. 1987, 359-82.

MANN, M. The sources of social power I. A history of power from the beginning to A.D. 1760. Cambridge: 1986.

MATTINGLY, D. J. "Oil for export? A comparison of Libyan, Spanish and Tunisian olive oil production in the Roman empire," JRA 1, 1988, p. 33-56.

MCGUIRE, R. H. "The greater Southwest as a periphery of Mesoamerica," in T. C. Champion (ed.) 1989a, p. 40-66

NASH, D. "Imperial expansion under the Roman republic," in M. Rowlands, M. Larsen and K. Kristiansen (edd.) 1987, p. 87-103.

NASH, J. "Ethnographic aspects of the world capitalist system" in B. Siegel, A. Beals and S. Tyler (edd.), Annual Review of Anthropology 10, Palo Alto, 1981, p. 393-423.

NORTH, J. A. "The development of Roman imperialism," JRS 71, 1981, p. 1-19.

OLSEN, B. "Stability and change in Saami band structure in the Varanger area of Arctic Norway, A.D. 1300-1700," Norwegian Archaeological Review, 20, 1987, p. 65-80.

ORTNER, S. "Theory in anthropology since the sixties," Comparative Studies in society and history, 26, 1984, p. 126-66.

PAILES, R. and WHITECOTTON, J. "The Greater South West and the Mesoamerican „world system”: an exploratory model of frontier relationships" in W. Savage and S. Thompson (edd.), The Frontier II (Norman OK), 1979, p. 105 - 21.

PATERSON, J. "'Salvation from the sea': amphorae and trade in the Roman west," JRS 72, 1982, p. 146-57.

PAYNTER, R. Models of spatial inequality. Settlement patterns in historical archaeology. New York: 1981.

PITTS, L. "Relations between Rome and German "Kings" on the middle Danube in the first to fourth centuries A.D.," JRS 79, 1989, p. 45-48.

POLANYI, K., ARENSBERG, K. M. and PEARSON, H. W. (edd.) Trade and market in the early empires. New York: 1957.

RAGIN, C., and CHIROT, D. 1984 "The World System of Immanuel Wallerstein: sociology and politics as history," in T. Skocpol (ed.), Vision and method in historical sociology (Cambridge) 276-312

RALSTON, I. B. M. and Woolf, G. D. forthcoming "Late La Tène complexity: a cautious view," OJA .

RENFREW, A. C. "Trade as action at a distance," in C. C. Lamberg-Karlovsky and J. A. Sabloff (edd.), Ancient civilisation and trade. Albuquerque: 1975, p. 3-59.

ROSTOVTZEFF, M. Social and economic history of the Roman empire (rev.2nd ed). Oxford: 1957.

ROWLANDS, M. "Kinship, alliance and exchange in the European Bronze Age" in J. C. Barrett and R. Bradley (edd.) Settlement and society in the British later Bronze Age (BAR 83) Oxford: 1980, p. 15-55.

_____ "Centre and periphery: a review of a concept," in M. Rowlands, M. Larsen and K. Kristiansen (edd.), Centre and periphery in the ancient world. Cambridge: 1987, p. 1-11.

ROWLANDS, M., LARSEN, M. and KRISTIANSEN, K. (edd.) Centre and periphery in the ancient world. Cambridge: 1987.

RUNCIMAN, W. G. "Capitalism without classes, the case of classical Rome," British Journal of Sociology, 34, 1983, p. 157-81.

SCHNEIDER, J. "Was there a pre-capitalist world system?" Peasant Studies 6, 1977, p. 20-29.

SCHORTMAN, E. M. and URBAN, P. A. "Modelling interregional interaction in prehistory," in M. Schiffer (ed.), Advances in archaeological method and theory, 11, New York, 1987, p. 37-95.

SEMENOV, Y. I. "The theory of socio-economic formations and world history," in E. Gellner (ed.), Soviet and western anthropology. London: 1980, p. 29-58.

SKOCPOL, T. "Wallerstein's world capitalist system. A theoretical and historical critique," American Journal of Sociology, 82, 1978, p. 1075-90.

STINCHCOMBE, A. "The growth of the world system," American Journal of Sociology, 87, 1982, p. 1389-95.

THOMPSON, W. R. (ed.) Contending approaches to world system analysis. Beverly Hills: 1983.

VEBLEN, T. The theory of the leisure class. New York: 1899.

WALLERSTEIN, I. "The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis," in: Comparative studies in society, 16, 1974a, p. 387-415 (republicado em I. Wallerstein, 1979a, p. 1-36).

_____ "Dependence in an interdependent world: the limited possibilities of transformation within the capitalist world-economy," in African Studies Review, 17, 1974b, p. 1-26 (republicado em I. Wallerstein, 1979a, p. 60-94)

_____ The modern world system I. Capitalist agriculture and the origins of the European world economy in the sixteenth century. New York: 1975.

_____. "A world-system perspective on the social sciences," in *British Journal of Sociology*, 27.3, 1976, p. 345-54. (republicado em I. Wallerstein 1979a, p. 152-64)

_____. *The capitalist world economy. Essays by Immanuel Wallerstein.* Cambridge: 1979a.

_____. "The Ottoman Empire and the capitalist world economy: some questions for research," *Review*, 2.3, 1979b, p. 389-98.

_____. *The modern world system II: Mercantilism and the consolidation of European world economy.* New York: 1980.

_____. "World-systems analysis," in A Giddens and J. Turner (edd.), *Social theory today.* Cambridge: 1987. 309-24

WARD-PERKINS, J. B. "Nicomedia and the marble trade," *PBSR*, 48, 1980, p. 23-69.

WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft.* Tübingen: 1922. (English transl. *Economy and society.* New Jersey: 1968)

WELLS, P. S. *Culture contact and culture change: early iron age central Europe and the Mediterranean world.* Cambridge: 1980.

WHITTAKER, C. R. "Trade and the aristocracy in the Roman empire," *Opus*, 4, 1985, p. 49-75.

_____. "Circe's pigs: from slavery to serfdom in the late Roman world," in M. I. Finley (ed.), *Classical slavery.* London: 1987, p. 88-122.

_____. *Les frontieres de l'Empire romain.* Paris: 1989.

WICKHAM, C. "The other Transition: from the ancient world to feudalism," *Past and Present*, 103, 1984, p. 3-36.

_____. "Marx, Sherlock Holmes and late Roman commerce" *JRS* 78, 1988, p. 173-93.

WOLF, E. R. *Europe and the people without history.* Berkeley: 1982.